RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

RELACI

Emitente: Controladoria Geral do Município de Conceição da Barra - ES

Unidade Gestora: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Conceição da Barra - PREVICOB

Gestores Responsáveis: Alex da Silva Moura

Exercício: 2022

1 - INTRODUÇÃO

Compete ao setor de Controle Interno atuar no planejamento acerca da organização e gestão de controle de todos os métodos e medidas, adotados pela administração, para proteger seu patrimônio, verificar a exatidão e a fidedignidade de seus dados contábeis, com vistas promover a eficiência operacional e estimular o seguimento das políticas executivas prescritas no conjunto de normas inerentes a administração pública municipal.

Neste contexto, evidenciamos, em síintese atividades desenvolvidas por esta CGM, tendo em vista metas definidas no Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI/2022), e diretrizes traçadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, nos termos da Instrução Normativa nº SCI nº 068/2020.

Atuamente a CGM conta atua com equipe reduzida de servidores, composta pela Controladora Geral Municipal, um profissional contábil atuando nos processos de auditoria e uma servidora responsável pela Consultoria na elaboração de Normas Técnicas.

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por Múltiplos signatários em: 30/03/2023 17:19.

Atualmente a administração municipal é compostosta por quatro unidades gestoras, quais sejam: Administraçao Geral; Fundo Municipal de Saúde, Fundo Mnicipal de Educação e Instituto Próprio de Previdência.

Assim, denota-se que a Controladoria Geral do Município envidou esforças para no curso do exercício do ano de 2022, atividades que trataremos em síntese no presente relatório.

2 – ATIVIDADES REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2022

2.1 – Pontos de Controle

As avaliações acerca do processo de gestão tiveram como norte as metas definidas no PAAI, sendo analisados procedimentos por amostrágem, com verificação de dados financeiro, contábil, de gestão de pessoal, compras e licitação, de acordo com os pontos constantes na Tabela Referencial 1, da IN 68/2020, do TCEES.

3 – AUDITORIA E OUTROS PROCEDIMENTOS REALIZADOS

Código	Procedimento	Resultado
1.1.2	Verificou-se que as despesas foram realizadas com emissão de prévio empenho.	Os processos analsados, mostraram-se de acordo com a legislação específica.
1.2.5	Verificou-se os Parcelamentos de débitos previdenciários.	Todos os repasses das contribuições previdenciárias patronal e dos Servidores, da competência 2022, foram feitos tempestivafmente ao RPPS.
1.3.3	Disponibilidades financeiras depósito e aplicação. (Verificação documental)	Os processos analisados estão de acordo com a legislação específica.
1.3.4	Disponibilidades financeiras - Depósito e aplicação.	Os saldos demonstrados nos extratos bancários e demonstrativos contábeis apurados no final do exercício financeiro de 2022 estão compatíveis com os demonstrativos contábeis.

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por Múltiplos signatários em: 30/03/2023 17:19.

2.2.31	Analisou-se, por amostragem, processos de aquisição de materiais/serviços, buscando verificar se todas as notas fiscais foram atestadas.	Analisando os processos administrativos encaminhados ao Controle Interno, acerca das notas fiscais e liquidação, constatou-se que inexistem irregularidades.
2.2.32	Verificou-se que foram efetuados os pagamentos dentro das normas exigidas em todos os processos analisados.	Os pagamentos foram realizados conforme determina a legislação específica.
2.5.3	Alíquota de contribuição – Fixação	Verificou que as alíquotas de contribuição patronal do Município e autarquia municipal está fixada em 14,55% (quatorze vírgula cinquenta e cinco por cento), e a alíquota de contribuição do segurado fora alterada, passando de 11% para 14%, conforme LC 54/2019.
2.5.11	Compensação Previdenciária	O Instituto mantém ativo o envio e recebimento de informações e valores no sistema de compensação previdenciária COMPREV (Lei 9.796/1999, art. 4º, MPS) no DATAPREV, desenvolvedora do sistema COMPREV, que foi celebrado em fevereiro de 2022, possibilitando assim total acesso ao sistema de compensação.
2.5.16	Obrigações do MPS	O PREVICOB, adota rotina de envio dos processos ao RGPS a fim de gerar o direto a receber a receita de compensação previdenciária, que além de atender a legislação pertinente ao assunto, também aderiu a Portaria SPREV Nº 6.657/2021. Foram enviados os Demostrativos para o Ministério da Previdência no período estipulado, com as declarações de veracidades, para que seja emitida o Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP, trazendo transparência dos dados, sendo acessível pelo site da previdência – CADPREVWEB.
2.5.26	Censo Previdenciário	Conforme a Lei Federal 10.887, de 18 de junho de 2004, artº 9º, inciso II, o último levantamento foi realizado no ano de 2018. Considerando que a legislação determina que se realize o censo no mínimo a cada 5 (cinco) anos. As atualizações cadastrais (recadastramento), estão sendo feitas ano a ano no mês de aniversário do servidor.
2.5.31	Comitê de investimentos - instituição	Conforme Portaria nº 63 de 30 de dezembro de 2019, foi nomeado o comitê de investimentos.

2.5.34	Política de Investimento	O Comitê de Investimento elaborou a Política Anual de Investimentos para o exercício de 2022, conforme Ata de reunião ordinária realizada em 06/12/2022, publicada no sitio http://previcob.es.gov.gov.br
2.5.36	Utilização do Formulário (APR)	Foram realizadas conciliação dos extratos X APR no exercício de 2022, com os ecaminhamentos legais e disponibilizados no endereço eletrônico do MPS na rede mundial de computadores internet (www.previdencia.gov.br), podendo ser acessado pelo site previcob.es.gov.br
2.5.38	Registro de Aposentadorias, reserva remunerada e reforma	Foram concedidas 20 aposentadorias segurados, sendo 09 voluntárias por Tempo de Contribuição, 03 Aposentadorias Voluntárias por Tempo de Contribuição Magistério, 08 Aposentadoria Voluntária por Idade, sendo encaminhados os processos ao TCEES para fins de homologação.
2.5.39	Registro de Pensões	Foram concedidas pelo RPPS, 02 Pensões por Morte, com encaminhamento de 14 processos ao TCEES, em meio digital, para homologação, durante o exercício de 2022.
2.5.45	Despesa Administrativa - fixação em lei	A Lei 10/2006, fixa a taxa de administração a ser utilizada na cobertura das despesas administrativas do regime próprio de previdência social será de 2% (dois pontos percentuais).
2.5.46	As despesas administrativas obedeceram o limite de gastos em 84, 29%	As despesas administrativas obedeceram o limite de gastos em 84, 29%.

- ✓ Foram realizados levantamentos e reunião de dados e informações com vistas à satisfação dos órgãos de controle externo, em resposta ao TCEES, TCU, Ministério Publico, à medida em que foram recebidas as demandas;

- ✓ Mensalmente são feitas as análise e homologação de prestações de contas mensais e acompanhamento dos relatórios/ LRF (RREO e RGF);

- ✓ Monitoramento do processo de planejamento orçamentário e financeiro;

- ✓ Acompanhamento das medidas de implementação de políticas públicas pela administração, mediante acompanhamento, inclusive com dados extraídos de portais de transparência;

- ✓ Resposta aos processos mediante levantamento, orientações e recomendações técnicas;

- ✓ Intercâmbio com órgãos da administração municipal para o aprimoramento da gestão reunindo-se orientações formais e por contato pessoal com as equipes;

- ✓ Monitoramento do processo de informação e-Sic e portal de transparência com avaliação positiva dos resultados alcançados;

4 - TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS (TCE)

Cumprida determinação do Tribunal de Contas do Estados, referente ao Processo TCEES 04341/2021-4, fora instaurada Tomada de Contas Especial nº 001/2022 pelo Instituto Próprio de Previdência de Conceição da Barra - PREVICOB, que após visto por esta Controladoria Geral Municipal, com a avaliação nos termos do art. 1°, da Instrução Normativa TC nº 32/2014, não reconheceu a regularidade e validade do procedimento, devido insuficiência de elementos.

A manifestação deste Controle Interno foi submetida a Presidência do PREVICOB, com as devidas constatações, para adoção das medidas próprias e encaminhamentos aos órgãos competentes.

5 - CONCLUSÃO

Das atividades previstas para o exercício de 2022, considera-se o cumprimento satisfatório, onde todas as atividades desenvolvidas foram balizadas pelo compromisso de agregar valor a gestão das diversas áreas do Poder Executivo Municipal, pelo cumprimento das suas atribuições previstas em lei e atentando sempre para o cumprimento dos princípios que regem a atuação da administração pública.

A Controladoria valeu-se das recomendações como forma de auxiliar na prevenção de práticas ineficientes, antieconômicas, fraudulentas e que possam acarretar

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por Múltiplos signatários em: 30/03/2023 17:19.

prejuízos ao Poder Público, além de assegurar o cumprimento de leis, regulamentos e diretrizes da Administração Pública.

Conceição da Barra - ES, 29 de março de 2023.

GLEICIARA DE PAULA GAMA
Controladora Geral Municipal
Portaria 103/2022